



O DISCURSO RELIGIOSO COMO LEGITIMADOR DO IMPÉRIO: ASSÍRIA (ASSUR) E ROMA (JÚPITER)

THE RELIGIOUS DISCOURSE AS LEGITIMIZER OF EMPIRE: ASSYRIA (ASSHUR) AND ROME (JUPITER)

LUIZ ALEXANDRE SOLANO ROSSI

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR)

RESUMO

O poder militar é essencial em guerras de conquista; não se expande um império sem o poder dar armas. Todavia, no mundo antigo o poder militar se apresentava como se fosse gêmeo do discurso religioso. A linguagem religiosa cria um substrato legitimador a fim de que as ações imperiais sejam vistas como naturais, civilizatórias e eternas. O império assume uma dimensão religiosa e reivindica, por causa disso, um sentido de transcendência e de onipotência. Assíria e Roma são duplamente visualizados, ou seja, desde cima e desde baixo com o objetivo de compreender como eles foram destinados e determinados a governar o mundo todo como se fosse algo natural e universal e, ao mesmo tempo, desejado pelos deuses.

PALAVRAS-CHAVE: HISTÓRIA ANTIGA; RELIGIÃO; POLÍTICA; ASSÍRIA; IMPÉRIO.

ABSTRACT

Military power is essential in wars of conquest; one cannot expand an empire without the power to give arms. However, in the ancient world military power presented itself as if it were twinned with religious discourse. Religious language creates a legitimizing substratum so that imperial actions are seen as natural, civilizing, and eternal. The empire assumes a religious dimension and claims, because of this, a sense of transcendence and omnipotence. Assyria and Rome are doubly visualized, that is, from above and from below with the aim of understanding how they were destined and determined to rule the whole world as if it were something natural and universal and, at the same time, willed by the gods.

KEYWORDS: ANCIENT HISTORY; RELIGION; POLITICS; ASSYRIA; EMPIRE.

INTRODUÇÃO

A linguagem não é um produto inocente da realidade. Poder-se-ia dizer que a linguagem constrói a realidade ou, pelo menos, uma representação da realidade que ajuda a definir a maneira como as coisas são. No entanto, é necessário esclarecer que ao falar de discurso estou utilizando a definição de Júlia Miranda que chama de “discurso não qualquer fragmento de linguagem, mas toda combinação de gestos, palavras (escritas ou não) e imagens que implicam uma ação, que diz alguma coisa sobre algo e que é reconhecida como portadora de sentido no interior de uma comunidade de linguagem” (MIRANDA, 1999, p. 23). E Sheridan, por sua vez, afirma (1990, p. 214) que “o discurso transmite, produz e reforça o poder; ao mesmo tempo em que o mina, o expõe e pode mesmo bloqueá-lo”.

A construção da realidade procurada nesse artigo se relaciona como o mundo dos reis e dos deuses. Reis são fabricados e, portanto, existe por trás deles uma construção artificial que promove sua imagem pública. Seja na Assíria ou em Roma, o rei é escolhido por uma graça divina e não por seus próprios méritos, devendo representá-lo na Terra, isto é, ele não é um representante, em primeiro plano, de seus súditos, mas de Deus. Por isso, o rei é divinizado, passando a ter, além de seu corpo humano mortal, um corpo simbólico e místico imortal, seu corpo político; e, por consequência, se apresentará como o pai da justiça que, significativamente quer dizer que sua vontade é a lei e, além disso, a terra passa a ser considerada seu patrimônio pessoal para fazer dela a extensão de seu reino e, por ser seu patrimônio, fazer nela o que quiser. No âmbito religioso, procuro em Orlandi um possível significado para representação do poder:

Como a relação com o sagrado revela, entre outros fatores, a relação do homem com o poder, no caso, com o poder absoluto, a ilusão da reversibilidade toma apoio na vontade de poder. Essa vontade aponta para a ultrapassagem das determinações (basicamente de tempo e espaço): ir além do visível, do determinado, daquilo que é aprisionamento, limite. Ter poder é ultrapassar. E ter poder divino é ultrapassar tudo, é não ter limite nenhum, é ser completo. (ORLANDI, 1987, p. 43).

Assim, o poder intrinsecamente ligado à religião, produz um fenômeno característico que, segundo Ramírez (1991, p. 10), poderia ser descrito como segue: “o militarismo faz uso do fenômeno religioso para conseguir seus fins, também a religião, em determinadas circunstâncias, assume características militares”. E para Rossi (2020, p. 70-71), o auxílio divino era constante e sempre certo no projeto expansionista dos reis assírios. Os próprios deuses participavam nas batalhas, caminhando à frente e garantindo a vitória. Numa palavra, os reis assírios sempre desfrutaram da proteção dos deuses em suas ações bélicas. Dessa forma, os deuses sempre puderam dispor da lealdade assíria para

dar execução a uma guerra, o que sempre se revelaram dispostos. Fales é categórico ao propor a maneira pela qual os impérios assírio e romano poderiam ser pesquisados, ou seja, através de uma mistura de imperialismo e religiosidade. De fato, tratava-se de uma configuração única na Antiguidade, pelo menos até o Império de Augusto, que reproduziu parcialmente seus mecanismos fundamentais.

Nem bons nem maus em si mesmos, de acordo com os cânones reductivos de uma historiografia moralista, os assírios deveriam ser julgados simplesmente como "os melhores no que faziam", graças ao vínculo orgânico que unia o Cosmos e o deus nacional, o deus nacional e o Estado, o Estado e a ação militar, a ação militar e o discurso ideológico da conquista (FALES, 2010, p. 94).

A fabricação de uma imagem real pública e imperial proporciona ao rei um enorme controle e manipulação do poder. A criação dessa imagem real ilumina a relação entre aquele que exerce o poder e aqueles que por ele são governados. A fabricação da imagem do rei, portanto, possui íntima relação com a mecânica do poder, seja ele político e ou econômico. É justamente através desse tripé caracterizado como poder, política e economia que poderemos, com mais clareza, interpretar e entender um determinado rei e perceber que as relações de poder têm essencialmente por base uma relação de força estabelecida.

O IMPÉRIO QUE NASCE DAS MÃOS DE ASSUR

Na Mesopotâmia o rei e a divindade são realidades que se aproximam simbioticamente; terra e céu são realidades pensadas simultaneamente e, porque não dizer que a realidade terrena se apresenta como se fosse um reflexo da realidade celestial, ou seja, o que acontece no céu é reproduzido na terra. O rei, divinizado, além de seu corpo mortal, assume um corpo simbólico a partir do qual exercerá seu poder. De forma específica, na Assíria, a ideia de poder se encontra sempre próximo da convivência com as divindades. O rei é a própria imagem de um poder sacralizado e absoluto legitimado pela proteção divina. O rei e seus deuses se encontravam em permanente diálogo. Assim, o rei poderia ser compreendido como um hermeneuta da vontade dos deuses ao representar a realeza divina no plano terrestre. Holloway salienta que para trazer o mundo sob o domínio do deus Assur não se exigia a aplicação do culto à divindade, mas, sim, submissão à soberania do seu representante, ou seja, o rei e estar consciente da existência de Assur (2002, p. 74). A percepção dos assírios, nesse sentido, era a de que cumpriam uma missão divina atribuída pela própria divindade. Exatamente por essa razão que Rossi (2020, p. 56) sublinha que diferentemente dos soberanos de

vários povos, o rei assírio não se qualificava como “pastor do povo”, mas sim como “vingador do deus Assur”, como fúria devastadora, como férreo dono e senhor das gentes. E a respeito especificamente de Tiglat-Pileser I, Palma registra que ele lutava com as armas de Assur e que, por isso, sua superioridade militar estava assegurada. Teria sido com a ajuda dos deuses que ele “construiu o seu domínio, numa batalha sem tréguas que as divindades lhe ordenaram e na qual estiveram empenhadas por forma a garantir um total sucesso” (2002, p. 57). Também é possível observar o conceito de realeza absoluta de Assur no ritual de coroação do último grande rei assírio Assurbanipal (668-626 a.e.c):

Assur é rei - realmente Assur é rei. Assurbanipal é o representante de Assur, a criatura de suas mãos. Que os grandes deuses deem estabilidade a seu reinado, que protejam a vida de Assurbanipal, rei da Assíria. Que seu reinado seja renovado e que eles consolidem seu trono real para sempre (apud FALES, 2010, p. 78).

No imaginário religioso do antigo Oriente Próximo “aquilo que está no alto” funda e justifica “o que está abaixo”. O mundo terrestre encaixa-se perfeitamente no mundo celeste e isso proporciona um particular significado ao antropomorfismo divino. Porém, a característica prevaiente deste paralelismo é a existência de um elemento intermediário, espécie de prisma que projeta o céu entre os homens e reflete a terra aos olhos dos deuses: o monarca. Um tema corrente no primeiro milênio nos ensina assim: “no céu e sobre a terra, deus e o rei fazem rigorosamente o mesmo gesto. O que lá se ata, aqui também se ata”. Assim, o imaginário passa a designar o que é criado a partir da apresentação do conhecimento como universal e inevitável. E, nas palavras de Lopez, o imaginário é percebido como uma amostra inflexível de que a realidade é neutra e, conseqüentemente, “torna tal realidade invisível à crítica” (2011, p. 62).

A guerra feita pelo rei era ordenada pela divindade e, por conta disso, tratava-se de uma guerra onde a participação dos deuses era efetiva. Assim, os reis não lutavam sozinhos, mas com as poderosas armas de Assur e desfrutavam do apoio dos grande e terríveis deuses em suas campanhas. Assim, deve-se compreender a força bélica não somente como um mecanismo para desencorajar e esmagar revoltas ou para exercer domínio extraterritorial, mas, também como uma expressão simbólica, política e religiosa. Estamos, portanto, diante de uma narrativa teológica que proclamava que a Assíria havia sido escolhida pelos deuses para governar um império sem fim, ou seja, os quatro cantos da terra. Percebe-se, assim, que o império assume uma dimensão religiosa e reivindica, por causa disso, um sentido de transcendência, de onipotência que, por isso mesmo, dado seu caráter de onipotência, sempre será considerado uma ameaça final à liberdade humana. O próprio Fales (2010)

evidencia que no campo de batalha, para garantir que o rei estivesse em plena posse de suas qualidades heroicas, o favor divino era demonstrado por meio da intervenção direta do deus Assur e de outras divindades quando elas eram invocadas.

A percepção dos assírios é a de que cumpriam uma designação e/ou missão divina, ou seja, uma missão atribuída pela própria divindade. Liverani (2016, p. 680) nos possibilita uma melhor compreensão da teologia subjacente ao movimento expansionista do império assírio nos seguintes termos:

No momento em que, no plano físico, os assírios realizam suas obras de conquista territorial, de submissão de outros povos à sua vontade, de centralização obrigada das forças de trabalho e de recursos econômicos, declaram que o que estão fazendo é uma obra de civilização necessária e meritória, de colonização do mundo, de unificação de todos sob o único poder legítimo, em nome dos deuses assírios, como conclusão da obra de criação e de ordenação cósmica iniciada pelos próprios deuses. Quando as fronteiras do império assírio coincidirem com os confins extremos do mundo, quando todos os recursos forem dirigidos para o centro, quando todos os homens forem submetidos à única realeza legítima, só então a criação se completará e o mundo será perfeito.

A construção de um único poder é compreendida como a continuação de uma ordem cósmica iniciada pelos deuses e que encontrará seu fim apenas e tão somente quando a submissão de todos os povos se completar. O império assírio, portanto, se apresentaria como co-criador do mundo conhecido e, por consequência, a conquista e submissão dos outros povos representaria não o império da violência, mas, sim, a reorganização do caos primigênio. O rei é um agente necessário para estabelecer a ordem, estando, pois, entre a esfera física e transcendental é o ordenador do cosmos. E Fales novamente assegura:

Pode-se dizer que ao lado da ideologia real oficial dominante, que apresentava a figura do rei como um "elo" cósmico entre os deuses e a humanidade, existia uma "veia" ideológica segundo a qual o rei assírio era, pelo menos em parte, investido dos atributos e prerrogativas da divindade (2010, p. 85).

Os “Anais de Senaqueribe” nos apresentam, por sua vez, um retrato vibrante da consciência do rei que expressa o vínculo de poder, de conquista e de religião no mandatário do país:

Senaqueribe, o grande rei, o poderoso rei, rei do universo, rei da Assíria, rei dos quatro cantos da terra; o sábio pastor, favorito dos grandes deuses, guardião do direito, amante da justiça; aquele que dá apoio e vem para ajudar o necessitado, que muda seus pensamentos para atos piedosos; perfeito herói; poderoso homem; o primeiro entre todos os príncipes; o deus Assur, a grande montanha, uma realeza inigualável me confiou, e acima de todos aqueles que moram em palácios, tornou

poderosa minhas armas, toda a humanidade ele trouxe submissa aos meus pés (LUCKENHILL, 2005, p. 23).

Há, como expresso no texto acima, uma consciência real de que ele somente poderia manter todos os adjetivos nominados por causa da presença divina ao seu lado, ou seja, toda a representação real dependeria unicamente da relação transcendental do rei com sua divindade.

ROMA: A ESCOLHIDA POR JÚPITER

Que desde o início os romanos estabeleceram seu império pela força superior das armas, é inegável. O conceito de Império, de acordo com Miguez (2012, p.18) nasceu e se consolidou em Roma ao se conjugar dois importantes fatores, a saber: uma explícita busca pela totalidade, isto é, a inclusão de todo o mundo habitado em uma só conformação política e uma conjunção de diferentes fatores de seu poder em um projeto único. A totalidade, dessa forma, estaria irremediavelmente ligada ao poder bélico que caminhava *pari passu* ao som das botas das famosas legiões romanas. No entanto, Brunt (2004, p. 33) acrescenta uma nova informação que complementa a anterior. Para ele a maior novidade da atitude romana com respeito ao império era a firme crença de ser um império universal desejado pelos deuses. Dessa forma, ponto básico para a construção de uma teologia imperial era a reivindicação de que Roma governasse seu império porque os deuses desejavam que Roma governasse o mundo. Percebe-se, assim, que o Império assumia uma dimensão religiosa e reivindicava, por causa disso, um sentido de transcendência e de onipotência.

As pesquisas realizadas por Carter (2001, p. 133, 2006, p. 24) e Brunt (2004, p. 34) recolheram uma série de relatos que permitem visualizar e ratificar narrativas teológicas que fundamentam o nascimento do império. Na impossibilidade de enumerá-los, cito os seguintes:

1) Virgílio, Cícero e Políbio referem-se ao alcance do império romano nos seguintes termos: “domínio sem limites de espaço ou de tempo”, “como que regesse todos os povos em todo o *orbis terrarum*” e “todo ou virtualmente todo o *oikoumene*, por suas partes conhecidas, achava-se sob o domínio romano”;

2) Um governador romano, o representante do poder econômico e militar de Roma, anuncia ao líder de uma tribo germânica que “todos os homens tinham que se curvar ao comando dos melhores; isso tinha sido decretado pelos deuses a quem imploravam que, com o povo romano, descansassem as decisões sobre o que dar e o que levar”;

3) Em louvor ao imperador Trajano, Plínio – o Jovem – chama os deuses de “os guardiões e defensores de nosso império” e ora a Júpiter pela “segurança de nosso príncipe” visto que “segurança e felicidade humana depende de sua segurança”;

4) Flávio Josefo, ao escrever na iminência da guerra judaica, declara que “a fortuna transferiu seus favores” para Roma e que “sem a ajuda de Deus tão vasto império jamais teria sido construído. Ele vai mais longe ainda ao exortar Jerusalém a se entregar a Roma, argumentando “eu Deus estava do lado de Roma” e que “vocês estão guerreando não somente contra os romanos, mas, também, contra Deus”;

5) E, finalmente, trazem à luz um registro de Sêneca recordando uma declaração de Nero: “Eu, de todos os mortais, encontrei favor dos céus e fui escolhido na terra para servir como vigário dos deuses? Eu sou o árbitro da vida e da morte para as nações”.

Três ideias teológicas são sugeridas por Carter (2006, p. 83) que podem funcionar como verdadeiros impulsionadores a fim de legitimar o poder do império romano:

a) os deuses escolheram Roma;

b) Roma e seu imperador são agentes do governo, vontade e presença de Deus entre os seres humanos;

c) Roma manifesta as bênçãos dos deuses – segurança, paz, justiça, fidelidade, fertilidade – entre aqueles que se submetem ao governo de Roma. Nesse sentido, a submissão ao poder imperial seria considerada sinal de benção pois, submeter-se a Roma significaria submeter-se ao desejo dos deuses e, conseqüentemente, participar de suas bênçãos.

Observa-se que a ideologia imperial romana da conquista e governo sem fim é ordenado pelo divino sobre todas as nações. E, de acordo com Lopez, “os romanos personificaram as nações usando corpos femininos” (2011, p. 71) a fim de solidificar a diferenciação da realidade do seu governo como “natural, inevitável e universal” (2011, p. 71).

A teologia imperial alegava que os deuses, especialmente Júpiter, tinham escolhido Roma e seus imperadores para governar o mundo e manifestar o desejo e as bênçãos de Deus entre as nações. Estas mensagens eram afirmadas através de celebrações cívicas de vitórias, da cunhagem de moedas, construções, festivais, poetas, escritores, etc. Em Pagola (2011, p. 32) podemos observar a força simbólica do avanço imperial:

Quando um povo era conquistado após uma violenta campanha militar, a “vitória” era celebrada de maneira especialmente solene. O general vitorioso encabeçava uma procissão cívico-religiosa que percorria as ruas de Roma: as pessoas podiam contemplar não só os ricos espólios da guerra, mas também os reis e generais derrotados, que desfilavam acorrentados, para ser depois executados ritualmente. Devia ficar patente o poder militar dos vencedores e a humilhante derrota dos vencidos. A glória destas conquistas ficava perpetuada depois nas inscrições dos edifícios, nas moedas, na literatura, nos monumentos e, sobretudo, nos arcos de triunfo erguidos em todo o Império. Os povos subjugados não deviam esquecer que estavam sob o Império de Roma. A estátua do imperador, erigida junto às estátuas dos deuses tradicionais, recordava-o a todos. Sua presença em templos e espaços públicos das cidades convidava os povos a prestar-lhe culto como a seu verdadeiro “senhor”.

E não podemos deixar de considerar que o imperador era considerado como o agente dos deuses para transmitir seus favores e benefícios para o povo. O imperador Vespasiano é um bom exemplo dos dons recebidos dos deuses e que deveriam ser transmitidos ao povo (ROSSI, p. 145, 2018): Boa fortuna (*Fortuna redux*), esperança (*Spes*), sucesso (*Bonus Eventus*), prosperidade (*Felicitas*), segurança para o povo romano (*Securitas Populi Romani*), guardião (*tutela*), plenitude (*Annona*), fidelidade (*Fides*), bem-estar (*Salus*), honra (*Honor*), coragem na batalha ou virtude (*Virtus*), harmonia social (*Concordia*), paz (*Pax*). Roma é, definitivamente, a nação escolhida. E, por causa disso, como bem expressa Lopez (2011, p. 78):

O destino de todas as nações, de acordo com o imaginário romano, é ser desvendado e encontrado, conquistado e incorporado na família romana através da violência militar e da diplomacia, como também a subsequente escravatura e morte. Esse é o mandato divino da nação-mestre escolhida por Júpiter e à qual foi dado o império sem fim e sem limites no tempo e no espaço.

A subjugação do mundo inteiro por Roma era frequentemente simbolizada pela imagem do globo, que começava a aparecer nas moedas no final da República. Horsley (2003, p. 22) é categórico ao afirmar que a ‘globalização’ constituía uma das principais mensagens das “Realizações do Divino Augusto através do qual ele sujeitou o mundo ao governo do povo romano”. E, diante das realizações e reivindicações do divino Augusto, Horsley conclui, afirmando: “o poder político-militar do império também significava sujeição econômica dos povos conquistados”. Estamos, historicamente, no contexto da paz romana (*pax Romana*). WENGST (1991, p. 23) descreve-a da seguinte maneira:

A *pax Romana* foi resultado produzido a ferro e fogo e mediante o uso, sem escrúpulos, de todos os meios de luta do Estado, de uma disputa inimiga com o mundo inteiro, que se apoiava numa arte de Estado coercitiva e através da qual, em cada caso concreto, houvera a vontade ilimitada da defesa do próprio proveito. A *pax romana*, que em teoria é uma relação de direito entre dois parceiros, é, na realidade, uma ordem de dominação; Roma é o parceiro, que a partir de si mesmo,

ordena a relação e propõe as condições. Para o não romano, *pax* significava a confirmação da submissão a Roma, por meio de contrato que implorava, simultaneamente, a proteção de Roma contra os ataques de outros povos estrangeiros.

Todavia, o caminho que levava à era dourada e de paz não podia ser realizado sem o uso da força e da violência. Não havia uma estrada que conduzia diretamente a esse destino. A nova era para uma sociedade militar de orientação imperial caminhava ao lado, *pari passo*, à perpetuação da guerra. É possível afirmar que a *pax* Romana estava fundada na conquista e na guerra. Horsley (2004, p. 27) esclarece o conceito de paz dizendo que se tratava de uma *pax* no sentido romano, ou seja, um pacto depois da conquista e acrescenta que “os romanos mantinham a *pax* Romana pelo terror” (1987, p. 47). Lopez, por sua vez, relaciona a paz com a produção de vítimas da seguinte maneira:

Representando visualmente os povos conquistados e aqueles a quem os romanos tinham uma missão divina de civilizar como vítimas necessárias à paz, a dominação do mundo era naturalizada e justificada. Os romanos afirmavam a paz por meio da vitória como sendo predestinada e eterna (2011, p. 82).

Não é possível minimizar o período da dominação romana. Nela encontramos o cenário apropriado para a emergência de lutas, guerrilhas e sublevações populares contínuas. A Palestina, como um dos muitos exemplos que poderíamos utilizar como território ocupado, poderia ser descrita como um dos maiores focos de rebeldia contra a expansão imperial romana. Seria ainda possível acrescentar que na Palestina do primeiro século a situação econômica da população encontrava-se em queda vertiginosa, refletindo na deterioração da qualidade de vida. As pessoas mais vulneráveis viviam cercadas pela instabilidade e pela penúria. Horsley (1987, p. 29) em seu livro, *Jesus and the Spiral of Violence*, descreve que a violência na região era “institucionalizada” porque havia sido determinada pela conquista imperial. Ele afirma que os romanos possuíam uma ideologia autolegitimadora de “defender seus amigos e aliados” e de levar “civilização” e “paz” para o resto do mundo. Todavia, a conquista imperial era marcada pelo uso abusivo da violência, atingindo populações inteiras seja pelo assassinato ou pela escravidão.

A força militar e poder divino apresentavam-se, portanto, como os dois lados da mesma moeda. Juntos teciam tanto um exército invencível quanto um império que não tinha fim. Não havia, na mais pura expressão da verdade, como disseminar a *pax* Romana sem a ação militar dos exércitos em marcha. Harrison (2011, p. 63) nos ajuda a compreender as pretensões romanas: “a propaganda imperial retratou o principado de Augusto como o ápice da Providência na história universal da humanidade”.

É sintomático as expressões de poder produzidas pelo império. Em 9 a.C. Otaviano, devidamente denominado de Augusto, visitou a cidade de Priene, localizada na Ásia Menor. Uma inscrição em pedra feita por ocasião de sua visita à cidade registra (apud Pinero, 2008, 27):

A divina Providência, que ordenou todas as coisas, interessando-se por nossas vidas, dispôs a ordem mais perfeita, outorgando-nos Augusto, a quem dotou de virtude divina para que fosse benfeitor da humanidade. E o enviou como nosso salvador e para nossos descendentes, de modo que acabasse com a guerra e colocasse em ordem todas as coisas, ultrapassando em bondade a todos a todos os benfeitores anteriores... Visto que o nascimento do deus Augusto foi o começo de uma boa nova (*evangelio*) para o mundo, acontecida por sua causa.

Estamos, portanto, diante de uma narrativa teológica que proclamava que Roma havia sido escolhida pelos deuses, fundamentalmente por Júpiter, para governar um império sem fim. O destino de todas as nações seria o de ser encontrado, conquistado e incorporado à família romana ainda o processo acontecesse por meio da violência militar. Roma trazia em si um mandato divino de nação-mestre escolhida por Júpiter e do qual não seria possível renunciar. E Palma (2001, p. 38) resume a simbiose entre reis e deuses da seguinte forma: “O rei é a imagem de um poder legitimado pela proteção divina, logo, sacralizado, absoluto. O rei e os deuses estão em permanente diálogo, porquanto, o primeiro é intérprete da vontade dos segundos representando a realeza divina no plano terrestre, revelando a ação volitiva das divindades na história dos homens”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Romanos e assírios foram destinados e determinados a governar o mundo todo como se fosse algo natural e universal e, ao mesmo tempo, desejado pelos deuses. É possível perceber em meio ao avanço implacável dos exércitos em marcha, não somente o som dos pés dos soldados em contato com o solo, mas, também, uma narrativa teológica que unifica os desejos dos céus com a terra ou, mais propriamente, os desejos da terra com os desejos do céu.

Aquilo que está no alto e o que está abaixo se relacionam como se fossem a mesma imagem. Na verdade, o que está abaixo é o mais acabado reflexo do que está no alto. Por isso, tudo quanto caracteriza o que está no alto, tais como transcendência, onipotência, eternidade, universalidade, poder incomparável também se encontra no rei que vive como se uma divindade fosse.

A busca pela totalidade desenvolvia assimetria entre grupos e países conquistados e produzia, simultaneamente, uma homogeneização identitária em que os processos de sentido dos povos

conquistados eram desconstruídos. Assíria e Roma, como epicentros hegemônicos de sentido, impõem-se como matriz antropológica onde a diversidade, característica de todos os agentes sociais, é inviabilizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUNT, P. A. *Laus imperii*. In: HORSLEY, R. A (Org.). *Paulo e o Império*. São Paulo: Paulus, 2004.
- FALES, Frederick Mario. *Guerre et Paix en Assyrie*. Religion et Impérialism. Paris: CERF, 2010.
- HARRISON, James R. *Paul and the Imperial Authorities at Tessaonica and Rome*. A Study in the Conflict of Ideology. Chicago: Mohr Siebeck, 2011.
- HOLLOWAY, Steven W. *Assur is King! Assur is King!:* religion in the exercise of power in the Neo-Assyrian Empire. Leiden: Brill, 2001.
- HORSLEY, R. A. *Jesus and the Spiral of Violence*. San Francisco: Harper & Row, 1987.
- HORSLEY, R. A. *Jesus and Empire*. The Kingdom of God and the New World Disorder. Minneapolis: Fortress Press, 2003.
- LIVERANI, Mario. *Antigo Oriente*. História, Sociedade e Economia. São Paulo: Edusp, 2016
- LOPEZ, Davina C. *Paulo para os conquistados*. Reimaginando a missão de Paulo. São Paulo: Paulus, 2011.
- LUCKENHILL, Daniel D. *The Annals of Sennacherib*. Eugene: Wipf & Stock Publishers, 2005
- MIRANDA, J. *Carisma, sociedade e política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- ORLANDI, E. P. (Org.) *Palavra, fé, poder*. São Paulo: Pontes Editora, 1987.
- PALMA, Maria de Lurdes. *Poder e imagem*. A idealização do rei na historiografia assíria: de Samsi-Adad I a Tiglat-pileser: Patrimonia: Cascais, 2021
- RAMIREZ, Dagoberto. Militarismo y religion en el pueblo. *Ribla: Revista de Interpretacion Biblica Latino-Americana*, Santiago de Chile, n. 8, p. 7-13, 1991.
- ROSSI, Luiz Alexandre S. *Cultura militar e de violência no mundo antigo*. São Paulo: Recriar, 2020.

ROSSI, Luiz Alexandre S. A fabricação da imagem pública dos reis mesopotâmicos: a divindade por trás do poder. *Revista Caminhando*, v. 26, p. 1-15, jan./dez. 2021.

SHERIDAN, A. *Discours, sexualité et pouvoir*. Bruxelles: Pierre Mardaga Editeur, 1990.

WENGST, C. *Pax Romana: pretensão e realidade*. São Paulo: Paulinas, 1991.